**DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL (2008 A 2023): ESTADO DO PARÁ E MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA COMO PRINCIPAIS PROTAGONISTAS**

Anderson Eudoxio Araujo1; Ana Karina Moreyra2

1 Graduado em Engenharia Ambiental e Sanitária. Grupo Multidisciplinar de Pesquisa em Educação, Saúde e Meio Ambiente na Amazônia, UEPA-Campus Altamira. aeudoxioaraujo@gmail.com.

2 Doutora em Ecologia. Departamento de Engenharia Ambiental, UEPA-Campus Altamira.

**RESUMO**

A Amazonia Legal é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta abrigando inúmeros animais e povos com culturas diversificadas. Entretanto, a região vem sofrendo com perdas florestais nas últimas décadas que estão associadas a determinantes de difícil remediação, principalmente em função da sua vasta extensão territorial. Esse contexto indica uma regressão ao combate do desmatamento que reforça a necessidade de avaliar suas variações. Quanto a isso, é exemplo a redução do desmatamento no ano de 2004 (27.772 km2) para 2010 (7.000 km2), que voltou a subir em 2019 (10.129 km2) a 2020 (10.851 km2). No Brasil existem problemas quanto sua capacidade de controle do desmatamento nos últimos anos. Neste contexto, inclui-se a ocorrência de diversos crimes ambientais como a grilagem de terras que afetam povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores, além de prejudicar a captação de recursos que deveriam contribuir gerando benefícios para a região. O desmatamento da Floresta Amazônica resulta em diversos impactos como a maior liberação de carbono para a atmosfera, redução no regime de chuvas e a degradação irreversível da biodiversidade. Tão logo, é imprescindível monitorar, avaliar e difundir informações sobre os agentes que agravam esse fenômeno ao decorrer dos anos para fomentar as decisões do poder público e gerar maior participação social nessas decisões. A pesquisa visa avaliar a participação do Estado do Pará adjunto do Município de Altamira-PA no desmatamento da Amazônia Legal, considerando seus principais agentes agravantes. A metodologia baseou-se em geoprocessamento de dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) sobre o desmatamento na Amazônia Legal (entre 2008 a 2023) no Software QGIS, para identificar os anos com maiores áreas desmatadas e conciliar com estudos similares, procurando delimitar as suas possíveis causas. O estado que mais desmatou na Amazônia Legal foi o Pará, principalmente nos anos de 2008 (5.635,63 km²) e 2021 (5.086,18 km²). Já o município com maior desmatamento foi Altamira, salientando-se exponencialmente em 2020 (797,69 km²) e 2021 (765,53 km²). Ademais, conciliando estas informações com estudos correlatos ao tema que retratam sobre o uso e ocupação do solo e a dinâmica do desmatamento dessas áreas foi possível perceber que a criação de estradas, crédito rural, produção de madeira, mecanismo de governança, especulação de valores das terras, bem como a pecuária de corte são as maiores responsáveis pelo agravo do desmatamento na área de estudo ao logo dos anos. Com isso, verifica-se que o Estado do Pará e o Município de Altamira-PA possuem considerável participação para o aumento do desmatamento na Amazônia Legal e sua origem faz parte de um contexto social, político e econômico complexo com diferentes agentes agravantes, dos quais a agricultura e pecuária intensiva destacam-se mais expressivamente. Ainda assim, sua redução é um dever coletivo, cabendo ao Estado, sociedade civil e setor privado contribuírem mutuamente para controlar a incidência do desmatamento alarmante na região.

**Palavras-chave:** Impacto ambiental. Governança ambiental. Uso e ocupação do solo.

**Escolha a Área de Interesse do Simpósio**: Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Monitoramento Ambiental.